BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

KARL MARX

O CAPITAL

Edição Resumida

Resumo dos três volumes por
JULIAN BORCHARDT

Tradução de
RONALDO ALVES SCHMIDT

Sétima edição

1982

UC
EDITORA

3. VALOR DE USO E VALOR DE TROCA — O TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO*

A mercadoria é de início um objeto externo, uma coisa que satisfaz para seus proprietários uma necessidade humana qualquer. Toda a coisa útil, tal como o ferro, o papel etc., deve ser considerada sob um duplo aspecto: a qualidade e a quantidade. Cada uma é um conjunto de qualidades numerosas e pode ser útil às mais diversas finalidades. É a utilidade de uma coisa que lhe dá um *valor de uso*. Mas essa utilidade não surge no ar. É determinada pelas propriedades físicas das mercadorias e não existe sem isso. A mercadoria em si, tal como o ferro, o trigo, o diamante etc., é, pois, um valor de uso, um bem.

O *valor de troca* aparece de início como a relação quantitativa pela qual os valores de uso de uma espécie se trocam pelos valores de uso de outra. Uma quantidade tal de mercadoria troca-se regularmente por outra tal quantidade de outra mercadoria: é seu valor de troca — relação que varia com tempo e lugar. O valor de troca parece pois ser alguma coisa accidental e puramente relativo, isto é (como escrevia Condillac), parece “residir unicamente na relação das mercadorias com nossas necessidades”. Um valor de troca imanente, intrínseco, à mercadoria parece ser então uma contradição. Examinemos a coisa mais de perto.

Uma mercadoria qualquer, um quintal de trigo, pode ser trocada, por exemplo, por tal quantidade de graxa, de seda ou de ouro etc., enfim, por quaisquer mercadorias, nas proporções as mais diversas. O trigo tem então múltiplos valores de troca. Mas como essas quantidades determinadas de graxa, de seda, de ouro etc. representam respectivamente o valor de troca de um quintal de trigo, devem representar iguais valores de troca. Segue-se pois, em primeiro lugar, que os valores de troca, válidos para a mesma mercadoria, exprimem a mesma grandeza. Em segundo lugar, atrás do valor de troca deve existir um conteúdo de que ele é a expressão.

Tomemos ainda duas mercadorias; por exemplo, o trigo e o ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, podemos sempre representá-la por uma igualdade, na qual uma dada quantidade de trigo equivale a uma certa quantidade de ferro. Um quintal de trigo equivale a dois quintais de ferro. O que significa essa igualdade? Que um elemento comum de igual grandeza existe em dois objetos diferentes, num quintal de trigo e, do mesmo modo, em dois quintais de ferro. Os dois objetos são, pois, iguais a uma terceira quantidade que não é ela própria, nem um nem outro. Cada um dos dois objetos, enquanto valor de troca, deve ser redutível a essa terceira quantidade.

Esse elemento comum não poderia ser propriedade natural das mercadorias. As propriedades físicas não entram em conta senão na medida em que tornam as mercadorias utilizáveis e façam delas conseqüentemente valores de uso. Ora, em sua relação de troca faz-se, manifestamente, abstração do valor de uso das mercadorias. Na troca, um valor de uso, seja ele qual for, tem exatamente tanto valor quanto outro qualquer, levando-se em conta aí uma proporção conveniente. Ou, como diz o velho Barbon (1696): “Uma espécie qualquer de mercadoria vale outra no momento em que o seu valor de troca é o mesmo. Não se poderia estabelecer distinção nem diferenciação entre coisas de igual valor de troca... 100 cruzeiros novos de chumbo ou de ferro representam o mesmo valor de troca que 100 cruzeiros novos de prata ou de ouro.” Como valores de uso, as mercadorias têm antes de mais nada qualidades diferentes; como valores de troca, não podem diferir senão pela quantidade.

Se se faz abstração de seu valor de uso, as mercadorias não conservam mais do que uma propriedade, a de *produtos de trabalho*, mas, por essa abstração, o próprio produto de trabalho também já está modificado. Se colocamos de lado seu valor de uso fazemos igualmente abstração dos elementos materiais e das formas que lhe dão um valor de uso. Não é mais uma mesa, uma casa, um fio, nem um objeto útil qualquer. Todas as suas propriedades sensíveis ficam esquecidas. Não é mesmo mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro etc. nem de outro trabalho produtivo determinado. Não é mais que o produto de trabalho humano em geral, um trabalho humano abstrato, isto é, o produto do esforço do trabalho humano, independente da forma desse esforço, independente do fato de que o tratamento foi feito por um marceneiro, um pedreiro, um fiandeiro etc. Os objetos que são produtos desse trabalho atestam unicamente que para sua produção foi necessário um es-

* Vol. I, caps. 1 e 2.

forço de trabalho humano, que um trabalho humano se acha aí acumulado.

Um valor de uso, isto é, um bem, não tem pois valor senão por causa do trabalho humano, considerado numa forma abstrata, que aí se encontra materializado. Logo, como medir a grandeza desse valor? Pela quantidade de “substância criadora de valor” que aí se acha contida — o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pela sua duração, e o tempo de trabalho é medido por seu turno, segundo certos intervalos de duração fixa, tais como hora, jornada etc.

Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho dispensado para produzi-la, poder-se-ia crer que ele está em relação direta com a prática ou a inabilidade do homem que a fabrica, já que essa fabricação demandará mais, ou menos, tempo. Mas o trabalho que forma a substância do valor é sempre o mesmo trabalho humano, o emprego da mesma força humana de trabalho. O conjunto da força de trabalho da sociedade, representado pelos valores do total das mercadorias, é aqui considerado como uma única e mesma força de trabalho, ainda que se componha de uma infinidade de forças individuais. Cada uma dessas forças individuais de trabalho é, como todas as outras, parte integrante da mesma força de trabalho na medida em que possa ser reduzida a uma força de trabalho social média, e que opere como tal, empregando conseqüentemente para a produção de uma mercadoria o tempo de trabalho médio, isto é, socialmente necessário. O tempo de trabalho socialmente necessário não é senão o tempo de trabalho exigido para se produzir um valor qualquer de uso nas condições normais dessa produção, sendo o trabalho feito numa média social de habilidade e de intensidade. Após a introdução, por exemplo, do tear a vapor na Inglaterra, bastava a metade do trabalho de antes para transformar em tecido uma dada quantidade de fios. Mas, com efeito, o tecelão inglês trabalhando manualmente empregava sempre o mesmo tempo para operar essa transformação; logo, o produto de sua hora individual de trabalho não representava senão a metade de uma hora social de trabalho; o valor baixou pois pela metade.

É pois a quantidade de trabalho *socialmente necessário*, isto é, o tempo de trabalho *socialmente necessário* de qualquer valor de uso, o único a determinar o valor. Cada mercadoria tomada à parte não é mais, por conseguinte, um exemplar médio de sua espécie. Mercadorias que compreendem somas de trabalho iguais, isto é, que podem ser produzidas num mesmo intervalo de tempo, têm pois o mesmo valor. O valor de uma

mercadoria corresponde ao valor de qualquer outra mercadoria, assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma é o mesmo necessário para a produção da outra. “Enquanto valores, todas as mercadorias não são senão uma certa qualidade de tempo de trabalho cristalizada.”*

O valor de uma mercadoria permaneceria pois constante se o tempo de trabalho necessário para a produção dessa mercadoria não variasse. Mas este último varia com qualquer modificação na força produtiva do trabalho. A força produtiva, a produtividade do trabalho, é, ela própria, determinada por numerosas circunstâncias, entre as quais: o grau de desenvolvimento da ciência e a sua aplicação tecnológica, o modo normal do processo de produção, a extensão e a eficácia dos meios de produção e, finalmente, as condições naturais. A mesma quantidade de trabalho resulta, por exemplo, se a estação for favorável, em duas vezes mais trigo do que se a estação for desfavorável. A mesma quantidade de trabalho obtém mais metais nas minas ricas do que nas minas pobres. Os diamantes raramente se encontram na crosta terrestre, e sua descoberta custa conseqüentemente muito mais tempo de trabalho. Isso representa, pois, muito tempo de trabalho para pouco produto. Nas jazidas mais ricas, essa mesma quantidade de trabalho representaria maior número de diamantes, cujo valor, em conseqüência, baixaria. Se se conseguisse um dia transformar, com pouco trabalho, o carvão em diamante, o valor deste cairia abaixo do do tijolo. Em regra geral: quanto maior a força produtiva de trabalho e menor o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto menor a quantidade de trabalho que aí se encontra cristalizada e conseqüentemente tanto menor o seu valor. Inversamente: quanto menor a força produtiva de trabalho e mais longo o tempo de trabalho necessário à produção de um artigo, tanto maior seu valor.

Uma coisa pode ser um valor de uso sem ser no entanto um valor. Isso acontece quando sua utilidade é acessível ao homem sem exigir trabalho. Por exemplo: o ar, um solo virgem, os campos, os bosques naturais etc. Uma coisa pode ser útil, e ser produto do trabalho humano, sem ser uma mercadoria. Um homem que, com seu produto, satisfaz as suas necessidades pessoais produz um valor de uso, mas não uma mercadoria. Para produzir mercadorias é preciso que não se pro-

* Karl Marx, *Zur Kritik der politischen Oekonomie* (Crítica da Economia Política). Berlim, 1859.

duzam apenas simples valores de uso, mas valores de uso para outrem, valores de uso sociais. Enfim, nada pode ter valor sem ser objeto de uso. Se é inútil, o trabalho contido é igualmente inútil, não conta como trabalho e não gera absolutamente nenhum valor.

4. COMPRA E VENDA DE FORÇA DE TRABALHO*

Tendo visto que o valor das mercadorias não é senão o trabalho humano nelas contido, voltemos agora à questão de saber como o fabricante pode tirar da produção de suas mercadorias um valor superior àquele que foi dispensado nelas.

Coloquemos ainda uma vez os termos do problema. Para a produção de uma certa mercadoria, ele tem necessidade de uma certa quantia, digamos de 100 cruzeiros novos; em seguida, vende a mercadoria fabricada por 110 cruzeiros novos. Tendo mostrado, após examinar, que o valor suplementar de 10 cruzeiros novos não pode provir da circulação, é preciso pois que ele provenha da produção. Por exemplo, para fazer o fio com certos meios de produção, tais como máquinas, algodão e acessórios, é realizado um trabalho na fiação. Na medida em que esse trabalho é socialmente necessário, ele gera valor. Acrescenta pois a determinadas matérias da produção — em nosso exemplo, ao algodão bruto — um novo valor, incorporando simultaneamente ao fio o valor das máquinas utilizadas etc. Permanece todavia o problema de que o capitalista parece ter incluído no preço de custo o trabalho fornecido. Porque, ao lado do valor das máquinas, do prédio, das matérias-primas e acessórios, o salário figura igualmente nos custos de fabricação... E esse salário é pago efetivamente pelo trabalho fornecido. Parece, pois, que todos os valores existentes após a produção já existiam antes dela.

No entanto, é evidente que o valor recém-criado pelo trabalho do fiandeiro não precisa necessariamente corresponder ao valor pago como salário pelo capitalista. Esse valor pode ser maior ou menor. Se for maior, teremos aqui encontrado a origem da mais-valia.

Mas não tínhamos admitido antes que em todas as vendas e em todas as compras é sempre pago um preço real? Não tínhamos constatado que se produzem frequentemente, com efeito, discrepâncias entre o preço e o valor, e que esse fenômeno não nos explica nada? A origem da mais-valia deve ser

* Vol. I, cap. 4, n.º 3.